

## ACESSO E PERMANÊNCIA DE UM ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA NO CURSO DE BACHARELADO EM ENGENHARIA MECÂNICA

Douglas Christian Ferrari de Melo<sup>1</sup>

Georgia Bulian Souza Almeida<sup>2</sup>

Laís Perpetuo Perovano<sup>3</sup>

Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)

Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes)

*Eixo temático 1 - Do direito à escolarização: políticas de acesso, permanência e qualidade social*

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo apresentar algumas considerações sobre o acesso e permanência de um estudante com deficiência física, por paralisia cerebral, no ensino superior. O referencial teórico que sustentará a pesquisa está alicerçado nas contribuições de Antônio Gramsci. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, cujos procedimentos se baseiam num estudo de caso. A produção de dados baseou-se na realização de uma entrevista semiestruturada, cujas informações foram analisadas pela técnica de análise de conteúdo. Os achados evidenciaram esforços docentes e institucionais para assegurar o direito à educação e aprendizagem para o estudante com deficiência, porém, apesar disso, foram identificadas barreiras no processo seletivo e durante a realização do curso de engenharia mecânica, as quais tornaram o percurso acadêmico do discente mais complexo. Por outro lado, é evidenciado que as adequações metodológicas são cruciais para a garantia do direito à educação e aprendizagem, sendo um dos principais pilares para a assegurar a permanência do graduando no curso. Além delas, destaca-se o empenho da gestão institucional e o trabalho coletivo realizado pelo Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas.

**Palavras-chave:** inclusão escolar; ensino superior; práticas inclusivas.

### Introdução

Considerando o entrelaçamento entre Direito, Estado e Políticas Públicas, podemos afirmar que o Direito é concebido a partir das necessidades que emergem do convívio social, sendo que o Estado é o responsável por sua execução, e o faz por meio das

---

<sup>1</sup> Doutor em educação (PPGE/Ufes); dochris.ferrari@gmail.com

<sup>2</sup> Doutoranda em educação (PPGE/Ufes); Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes); laisperpetuo13@gmail.com

<sup>3</sup> Doutoranda em educação (PPGE/Ufes); georgia.ifes@gmail.com

Políticas Públicas. Na verdade, as políticas são ações dinâmicas do Estado que transformam a realidade. “Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) [...]” (SOUZA, 2006, p. 26).

Portanto, a criação de políticas públicas pelo Estado ocorre em decorrência de normativas educacionais, ou seja, objetivam a materialização do direito à educação. Em relação ao acesso, no Brasil, a Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012 (BRASIL, 2012), alterada pela Lei 13.409/2016 (BRASIL, 2016), dispôs sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino. A promulgação da mencionada lei, representou um avanço significativo para o público da educação especial, pois permitiu-lhes o acesso aos cursos de graduação nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Neste contexto, este estudo parte do seguinte questionamento: como se configurou o acesso e a permanência de um estudante com deficiência no curso de bacharelado em engenharia mecânica? Neste cenário, defendemos que para além do acesso, é preciso assegurar também condições adequadas para favorecer a permanência, desenvolvimento e conclusão do curso.

Frente a esta problemática, objetivamos descrever aspectos relacionados ao acesso e permanência de um estudante com deficiência física (paralisia cerebral) no ensino superior. Para tanto, o artigo está estruturado em três eixos, além da introdução e considerações finais. No primeiro, apresenta-se uma breve revisão de literatura sobre a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior, com destaque para trabalhos sobre a deficiência física. Na sequência, discorre-se sobre a teoria que embasou o estudo, baseada nos estudos do italiano Antônio Gramsci em diálogo com outros autores, bem como, o caminho metodológico escolhido para a construção da pesquisa. No eixo seguinte, serão exibidos os resultados obtidos e as discussões acerca do acesso e permanência do graduando no ensino superior.

## Revisão de literatura

A educação superior constitui-se como um fator significativo de mobilidade social ascendente nas sociedades contemporâneas (MENEZES FILHO; OLIVEIRA, 2014). Além disso, o acesso a este nível acadêmico favorece não só a ampliação da formação profissional, mas também as visões de mundo e acesso à informação (BAKER, 2014). Porém, o acesso ao ensino superior brasileiro é marcado por uma trajetória de exclusão social (HERINGER, 2018).

Desta forma, a democratização social da educação superior está ligada ao acesso que as pessoas têm às instituições de ensino. “Tal acesso deve ser igual para todos os cidadãos, a fim de que haja uma sociedade justa e igualitária, na qual todos detenham as mesmas oportunidades, objetivando a redução de desigualdades sociais” (CASTRO; AMARAL, 2018, p.93).

A partir da observação das pesquisas de Pletsh e Melo (2017), Nozu, Silva e Anache (2018), Almeida Júnior (2022), que abarcam pessoas com deficiência no ensino superior, é possível perceber que existem muitos obstáculos a serem vencidos com vistas a garantir o pleno acesso e permanência desses sujeitos nos cursos de graduação. Podemos considerar as discussões ainda são recentes e que necessitam ser aprofundadas, uma vez que, a reserva de vagas tornou-se obrigatória apenas ao final do ano de 2016, com a publicação da Lei nº 13.409/2016 (BRASIL, 2016).

Almeida Júnior (2022) faz um recorte importante em relação à permanência de estudantes com paralisia cerebral no ensino superior, ao afirmar que se trata de uma possibilidade real de emancipação social e política. Alerta inclusive, sobre a importância da construção da identidade desses sujeitos, deixando para trás as muitas formas de exclusão sofridas.

Nesse sentido, Cabral (2018) também chama a atenção para o risco em confiar que o processo de inclusão ocorrerá apenas pelo fato da lei exigir reserva de vagas para este público. É preciso abandonar o pensamento simplista, pois é imprescindível lembrar que muitos outros fatores são determinantes no processo de inclusão de um estudante com deficiência no âmbito escolar. Ou seja, há impreterivelmente a necessidade urgente de diversas mudanças no ambiente universitário para que o

princípio da equidade seja efetivado e o desenvolvimento do processo de ensino ocorra de forma acessível.

Ao tratar das diferenças e do direito à igualdade concedido pela lei aos homens, Cury (2005, p. 14-15) proclama que: “[...] o princípio da igualdade se aplica sem discriminações ou distinções” e continua: “[...] estamos também ante o homem concreto cuja situação diferencial deve ser considerada no momento da aplicação da norma universal”

Outro fator primordial no processo inclusivo escolar foi lembrado por Mota (2021) ao elencar a formação de professores como uma das questões a serem pensadas, uma vez que se configura numa fragilidade importante no desenvolvimento acadêmico dos estudantes com deficiência. O autor lembra que é preciso o fortalecimento das políticas públicas com fulcro na formação continuada.

### **Referencial teórico-metodológico**

De acordo com Gramsci, “a escola é instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis” (GRAMSCI, 2017, p.19). Neste contexto, as instituições de ensino podem favorecer a manutenção do processo hegemônico quanto atuar na formação de intelectuais orgânicos da classe trabalhadora que poderão contribuir com a construção de seu processo de hegemonia. O que norteará este processo formativo será a concepção de educação e os objetivos do processo educacional concebidos naquele espaço.

Gramsci objetiva com sua “pedagogia da emancipação humana” a construção de um processo formativo que desenvolva o homem integral, omnilateral. Para tanto, é preciso que no processo de escolarização sejam adotadas estratégias e metodologias de ensino que considerem e atendam às necessidades de cada estudante (MELO; RAFANTE; GOMES, 2019).

Desta forma, a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior pode contribuir com a formação integral do sujeito, pois:

[...] fornece aos educandos os elementos culturais mais desenvolvidos, forjados pela ciência, tecnologia, filosofia e arte, cuja síntese encontrasse nos clássicos de cada área. Ao se apropriarem desse patrimônio cultural produzido pela humanidade, poderá ocorrer a elevação do nível de consciência dos educandos, induzindo outro tipo de ação individual e coletiva, porque terão mais consciência de si e do mundo, condição basilar para formularem estratégias e promoverem ações com vistas a superar as contradições sociais que lhes desafiavam a existência (MARTINS, 2021, p.12).

Para isso, além do acesso, é necessário garantir a permanência a qual possui uma complexa multidimensionalidade, pois engloba fatores não apenas materiais, mas também culturais, simbólicos e psicológicos (HERINGER, 2022). Nesse percurso, a inclusão de pessoas com deficiência neste no ensino superior perpassa por ações institucionais, engajamento do corpo docente e atendimento às necessidades dos discentes.

Neste contexto, para alcançarmos o objetivo proposto, utilizamos, neste relato, uma abordagem de investigação de natureza qualitativa, na qual, o pesquisador mantém “contato direto com o ambiente e o objeto de estudo em questão, necessitando de um trabalho mais intensivo de campo. [...] as questões são estudadas no ambiente em que elas se apresentam sem qualquer manipulação intencional do pesquisador” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 71). Caracteriza-se também como um estudo de caso que “consiste em pesquisar uma situação específica para entender determinada relação de causa e efeito. Para isso, observa-se o resultado que será obtido considerando uma variável específica implantada no evento com ou sem intenção” (MALHEIROS, 2011, p.94).

O sujeito de pesquisa é um graduando do curso de bacharelado em engenharia mecânica de uma instituição de ensino público sediada no norte do estado do Espírito Santo. Ele tem deficiência física decorrente de uma paralisia cerebral perinatal (ocorreu durante o nascimento). Em decorrência disso, o discente teve grave comprometimento motor que é acompanhado de movimentos involuntários, é cadeirante e possui dificuldades em se comunicar verbalmente.

Em 2022, período da coleta de dados, o estudante estava frequentando o segundo semestre do curso de graduação em engenharia mecânica, que é um curso integral, ofertado anualmente, cujas vagas são disponibilizadas via Sistema de Seleção Unificada (Sisu).

Para a produção dos dados optou-se pela realização de uma entrevista pois ela “[...] possibilita manter um contato direto permitindo investigar fatos, opiniões sobre fatos, sentimentos, planos de ação, condutas atuais ou do passado, motivos conscientes para opiniões e sentimentos” (SZYMANSKI, 2004. p. 11). Dentre as opções de entrevistas existentes escolheu-se a semiestruturada que “tipicamente refere-se às entrevistas abertas, em que as perguntas são previamente estabelecidas, mas não são oferecidas alternativas de resposta” (GIL, 2019, p.128).

A entrevista foi realizada por uma das autoras deste texto, utilizando a plataforma *Google meet*, em horário agendado previamente com o estudante e teve duração aproximada de 1h e 30 min. As respostas do participante foram gravadas e transcritas posteriormente na íntegra.

Para análise dos dados recorreu-se à análise de conteúdo proposto por (BARDIN, 2016, p.48) que consiste em:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

De acordo com a referida autora, a análise dos dados perpassa por três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

## **Resultados/discussão**

A análise da entrevista realizada com o discente resultou na elaboração de duas categorias, nas quais, foram organizadas informações relacionados ao acesso e permanência do graduando no ensino superior. Deste modo, emergiram as seguintes categorias de análise:

### *1) Acesso e matrícula na instituição de ensino:*

O estudante ingressou na instituição, inicialmente, no curso técnico em mecânica integrado ao ensino médio no ano de 2018. Acerca deste momento, ele relatou que:

No começo foi muito difícil porque era outra realidade para mim que vim de uma escola que não tinha apoio como aqui. Todos me ajudaram, desde o Diretor de Ensino até a minha querida professora de AEE. Graças a Deus, a escola conseguiu contratar uma professora competente que ajudou na criação do Napne. Foram feitas várias adequações na escola, precisou mexer em muita coisa para eu ter acesso. E nas outras escolas não tive apoio nenhum. A maioria dos professores olhavam para a minha cadeira e não para o aluno.

Além disso, foi informado pelo discente que sua trajetória escolar foi marcada por prejuízos educacionais que comprometeram sua aprendizagem e desenvolvimento. Sobre isso, ele informou que: “Eu cheguei aqui com um sério déficit de aprendizagem. Conseguia ler pouquinhos palavras e aqui evolui bastante”. Notamos pelo relato que, embora matriculado na escola, o estudante nem teve o direito à educação plenamente garantido, não se apropriando dos conhecimentos científicos de forma satisfatória.

A “evolução” mencionada na resposta anterior, na percepção do entrevistado, relaciona-se ao trabalho realizado no atendimento educacional especializado, no trabalho colaborativo, nas práticas inclusivas utilizadas pelos docentes e pelo apoio dos colegas de turma, conforme citado no trecho a seguir:

Os atendimentos individuais com a professora de AEE me ajudaram muito e os atendimentos com os demais professores também. Principalmente com a querida professora de português. O apoio e o incentivo dos irmãos da igreja e de minha mãe. As adaptações realizadas pelo professor de educação física permitiram que eu participasse das aulas com os colegas da turma. Meus irmãos (Daniel e Yasmim) que sempre estavam “colados” em mim para me ajudar. Todos os colegas que fizeram parte dos grupos de trabalho que participei.

Neste contexto, destacamos a importância da adequação das estratégias de ensino, visto que, a inclusão escolar de pessoas com deficiência se concretiza quando “todos os que se encontram no processo de aprendizagem tem as mesmas oportunidades de desenvolvimento e acesso aos novos conhecimentos, ainda que aprendam de formas e com metodologias diferentes” (LIMA E SOUZA, 2015, p.72).

Além disso, ele destacou o apoio da gestão do campus e coordenação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne), afirmando que:

O Diretor de Ensino foi muito importante para mim continuar. Ele me deu muito apoio e consegui continuar, apesar de alguns imprevistos. A coordenadora do Napne também foi muito importante pra mim.

Em relação a este apontamento, insta destacar a relevância da atuação da gestão na articulação de estratégias na perspectiva da educação inclusiva, viabilizando ações no âmbito escolar que oportunizem acessibilidade ampla, ou seja, de cunho acadêmico, atitudinal e também no que se refere à estrutura física (arquitetônica). Essas ações foram acontecendo a partir da escuta e observação do estudante, e com a colaboração da equipe do Napne, coordenação de curso, coordenadoria de gestão pedagógica (CGP) e Coordenadoria de Atendimento Multidisciplinar (CAM).

Ao finalizar o ensino técnico, o estudante participou do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e com a nota obtida fez a seleção para o curso superior de bacharelado em engenharia mecânica, via Sistema de Seleção Unificada (Sisu). Em relação a isso, o discente informou que:

Na minha opinião é muito difícil para a pessoa com deficiência ingressar na faculdade. O que prejudica é o tipo da prova, os aplicadores despreparados, acessibilidade no local da realização da prova. A pessoa que me auxiliou não estava preparada, não sabia me ajudar direito.

Pelo relato fica evidente que a falta de acessibilidade, em diferentes aspectos, durante a realização da prova do Enem, prejudica as pessoas com deficiência indo na contramão dos direitos assegurados por inúmeras legislações. Além disso, evidenciamos que, no caso deste estudante que é cadeirante e tem complicações na fala, questões externas também colaboram com os prejuízos neste tipo de seleção, como calçadas irregulares, transporte público sem acessibilidade e local de prova distante da residência do estudante. Assim, chegar aos locais de prova é praticamente uma maratona a ser vencida.

## *2) Permanência e práticas inclusivas no ensino superior*

Em relação aos suportes disponibilizados pela instituição em termos de acessibilidade metodológica/pedagógica, o graduando afirmou que:

Sensibilidade dos professores em me compreender, adaptação dos materiais. As professoras do Napne (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas), são muito importantes no meu processo acadêmico. E a coordenadora do Napne que é uma pessoa muito sensível

às minhas necessidades e procura fazer tudo para me ajudar a continuar estudando.

Na primeira semana de aula, o diretor de ensino e a coordenadora do Napne realizaram uma visita na escola onde o estudante cursou o ensino fundamental, com vistas a conhecer suas necessidades educacionais específicas e um pouco de sua trajetória acadêmica. Um dos primeiros desafios encontrados foi em relação ao transporte público, visto que residia na zona rural, distante aproximadamente trinta e oito quilômetros da escola. Naquele momento, foi elaborado um ofício para a prefeitura municipal e secretarias de transporte e educação, informando da necessidade de atendimento em relação ao transporte adaptado. Também foram feitas visitas presenciais ao secretário de educação e de transporte do município para tratar dessa demanda. Após alguns meses, a questão foi resolvida, mas o discente acabou perdendo alguns dias de aulas que foram repostas de forma gradual durante o semestre letivo.

Em meados do ano de 2022, o graduando se mudou para um bairro da cidade que fica mais próximo da instituição, contudo, os problemas relacionados ao transporte continuaram. Atualmente o município não está ofertando o transporte adaptado, mediante alegação de que ele não reside mais em área rural. Então, a gestão, mais uma vez, vem atuando junto à empresa que presta o transporte público municipal, no intuito de garantir que este direito constitucional seja efetivado, por meio de comunicados via ofício e também com visitas presenciais aos órgãos competentes.

Quanto às atitudes, tanto de docentes, quanto da coordenação do curso, funcionários e colegas, ele apontou que:

Toda a equipe da escola e meus colegas procuram me ajudar. Esta instituição foi a única faculdade que me olhou como uma pessoa e não para a minha cadeira de rodas. Meus colegas me ajudam na sala de aula e contribuem para que eu consiga continuar no meio acadêmico. Na sala de aula, por ter paralisia cerebral é muito bom pra mim que os professores e colegas não se assustem quando eu tenho movimentos involuntários e compreendem minha situação. É muito importante que eles não fiquem com pena e entendam minha situação e procurem me ajudar.

Em relação ao processo de ensino-aprendizagem, o entrevistado pontuou: “A adaptação dos materiais é muito boa, o apoio dos professores na sala de aula e também os projetos de ensino que eu participo”. No contexto escolar, é fundamental

a adequação das metodologias de ensino às necessidades específicas dos estudantes. No caso do discente em tela, foram realizados ajustes nos métodos avaliativos que envolvem desde a formatação das questões, ampliação de tempo para realização, substituição das avaliações escritas por provas orais (em algumas situações) e atendimentos individuais com os docentes e professoras de AEE semanalmente.

No que tange os projetos de ensino, destacamos que o graduando participa do projeto "Aperfeiçoando as noções básicas de matemática" e "Escrita e leitura". Ambos têm o objetivo de auxiliar no aprimoramento dos conhecimentos relativos às áreas de português e matemática. A ideia da elaboração dos projetos nasceu da escuta do estudante pela equipe do Napne quanto às dificuldades enfrentadas em relação a alguns conteúdos e foi efetivada por meio de trabalho colaborativo com os docentes das disciplinas, das professoras de AEE e a pedagoga do curso de engenharia mecânica.

Embora sinalizado pelo estudante que a instituição tenha se empenhado para assegurar sua permanência neste espaço, o graduando, destaca que alguns ajustes precisam ser realizados, citando:

Mais rampas para cadeirantes, melhorar as calçadas no entorno do campus, piso tátil para pessoas com deficiência visual, disponibilização de mais computadores para utilização dos alunos, mais materiais que possam auxiliar os alunos com necessidades específicas.

Apesar dos ajustes que precisam ser realizados na instituição, o discente informou que nunca pensou em desistir do curso, principalmente, porque, segundo ele: "A escola sempre procurou adequar os materiais para que estivessem acessíveis pra mim".

Frente a essa questão, reconhecemos que ainda é preciso avançar na construção de uma educação inclusiva para as pessoas com deficiência, visto que ainda existem muitas barreiras para serem vencidas.

## Considerações finais

Neste relato, apresentamos brevemente algumas questões que atravessam a inclusão acadêmica de um estudante com deficiência física por paralisia cerebral. Defendemos que em todos os níveis de escolarização é crucial assegurar completamente o direito à aprendizagem, e que esta deve estar ancorada em processos que assegurem condições adequadas para acesso, permanência e conclusão do curso.

A inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior no contexto brasileiro é um processo em construção e que requer das instituições de ensino superior uma articulação intersetorial para a construção de uma cultura inclusiva, com a garantia de acessibilidade e a transposição das barreiras que dificultam o acesso, a permanência e a finalização da etapa de ensino pelas pessoas com deficiência neste nível de ensino. Diante disso, reiteramos a importância do fortalecimento das discussões sobre a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior, as quais devem se concretizar em ações institucionais em prol do atendimento as necessidades educacionais desses sujeitos.

## Referências

ALMEIDA JÚNIOR, Claudovil Barroso de. Acesso e permanência de pessoas com deficiência física neuromotora/paralisia cerebral no ensino superior. **Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**, v. 9, n. 20, p. 307-321, 27 maio 2022. Disponível em: <https://trilhasdahistoria.ufms.br/index.php/persdia/article/view/15364>. Acesso em: 29 set. 2022.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Os fora de série na escola**. Campinas: Autores Associados, 2005

AMARAL, Shirlena Campos de Souza. Ações afirmativas na educação: promoção de direito e justiça. In: COSTA, Caetano Ernesto da Fonseca; GUIMARÃES, Décio Nascimento (Org.). **Direitos humanos e educação: diálogos interdisciplinares**. Campos dos Goytacazes: Brasil Multicultural, 2019, p. 104-113.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70 Brasil, 2016.

BRASIL. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. **Diário Oficial da União**, Brasília 28 de dez. de 2016. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/l13409.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13409.htm)>. Acesso em: 25/06/2021.

CABRAL NETO, A.; CASTRO, A. M. D. A. Educação Superior no Brasil: disputas e tensões no processo de expansão pós-LDB. In: BRZEZINSKI, Iria (Org.). **LDB 1996 vinte anos depois: projetos educacionais em disputa**. São Paulo: Cortez, 2018.

CASTRO, B. G. S. M. M.de; AMARAL, S.C. S. Ações afirmativas no ensino superior: a utilização de cotas para pessoas com deficiência na UENF. In: MOL, G.S; MELO, D.C.F de. (Org.). **Pessoas com deficiência no ensino superior: desafios e possibilidades**. Campos dos Goytacazes: Brasil Multicultural, 2018, p. 90-107.

DURHAM, E. R. **As universidades públicas e a pesquisa no Brasil**. São Paulo: Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior (Nupes); Universidade de São Paulo, 1998.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**, volume 2 [recurso eletrônico]: os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo / Antônio Gramsci; tradução Carlos Nelson Coutinho. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

HERINGER, R. **Democratização da educação superior no Brasil: das metas de inclusão ao sucesso acadêmico**. Revista Brasileira de Orientação Profissional. 2018, no,p. 7-17.

LIMA, G. C. I; SOUZA, S. Q. S. Educação inclusiva: um processo para além dos portões da escola. **Caderno Intersaberes**, vol. 4, n.5, p.67-25, jan-dez. 2015.

MALHEIROS, Bruno Taranto. **Metodologia da Pesquisa em Educação**. Rio de Janeiro: LTC, 2011. 276p.

MOTA, B. de O. S. ; SANTOS, G. C. S. Formação de um estudante com paralisia cerebral no Ensino Superior. **Ensino em Perspectivas**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 1–12, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/5873>. Acesso em: 03 nov. 2022.

NOZU, Washington Cesar Shoiti; SILVA, Aline Maira da; ANACHE, Alexandra Ayach. Permanência do aluno com deficiência no ensino superior: dados censitários sobre as universidades federais da região centro-oeste. **RIAEE-Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 13. n. esp. 2, p. 1421-1435, set. 2018. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/11652>. Acesso em: 03 nov. 2022.

PLESTCH, Márcia Denise; MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de. Estrutura e funcionamento dos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais da Região Sudeste. **RIAEE –Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 12, n.3, p. 1610-1627, jul./set. 2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/10354>. Acesso em: 24 set. 2022.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, jul/dez. 2006.